

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

Gabinete Vereador Chico Lata - PP



PROJETO DE LEI Nº _____/GVCL/CMPV- 2014.

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 3128/2014

Proj. de Lei Comp. nº _____ “Estabelece diretrizes para o “Programa Pedagógico Hospitalar

Resolução _____ destinado as Crianças e Adolescentes Hospitalizados”, no âmbito

Decreto Legislativo _____ do Município de Porto Velho”.

Emenda _____

Data 05/05/14 Horário 16:45

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes para o “Programa Pedagógico Hospitalar destinado às Crianças e Adolescentes Hospitalizados”, com o intuito de proporcionar as crianças e adolescentes que estudam na rede publica de ensino a continuidade da prática pedagógica.

Artigo 2º - As diretrizes ora instituídas têm como principais objetivos, dentre outros:

I - continuidade do processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, quando estiverem temporariamente impedidos de comparecer às aulas, em razão de tratamento de saúde;

II - desenvolvimento de parâmetros para atender as necessidades de educando hospitalizado ou enfermo;

III - integração de educando hospitalizado ou enfermo em suas atividades escolares e familiares;

IV - fortalecimento de vínculos com as escolas, para propiciar o retorno do educando aos estudos;

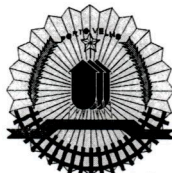
V - busca de alternativas para desenvolver as habilidades do educando hospitalizado ou enfermo;

VI - motivação para o processo de cura.

Artigo 3º - As diretrizes elencadas no art. 2º desta lei poderão contar com o apoio pedagógico especializado, comunicação alternativa, educação física adaptada, oficinas de artes plásticas e oficinas lúdicas, que poderão ser realizadas na rede regular de ensino ou em espaços adaptados para possibilitar o acesso e a construção de aprendizagem do educando.

Gabinete do Ver. Carlos Alberto Lucas – CHICO LATA – PP

Rua Belém, nº. 139 – Embratel – CEP: 76.820-734 – Fone: 3217-8063 Porto Velho/RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

Gabinete Vereador Chico Lata - PP



Artigo 4º - O desenvolvimento do Programa a que se refere esta lei poderá se dar por meio de duas modalidades:

I - atendimento pedagógico domiciliar, consistente em uma alternativa de prática educacional especializada que ocorre em ambiente domiciliar, cujo público alvo é crianças ou adolescentes acometidos por doenças prolongadas, impossibilitados de frequentar as aulas.

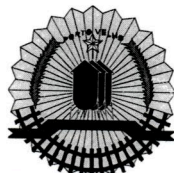
II - atendimento pedagógico hospitalar, consistente na prática pedagógica que ocorre em ambiente de tratamento de saúde na circunstância da internação.

Artigo 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Deliberações, 29 de abril de 2014.

Vereador CHICO LATA/PP



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTO VELHO RONDÔNIA

Gabinete Vereador Chico Lata - PP



JUSTIFICATIVA

O projeto a Vossas Excelências ora submetido, se propõe a estabelecer diretrizes que implantem o Programa Pedagógico Hospitalar com o fim de garantir às crianças e adolescentes que estudam na rede pública de ensino, o prosseguimento no processo de aprendizagem quando este se encontrar suspenso pelo impedimento de comparecimento por motivos de saúde. **O fundamento está no art. 30, I da Constituição Federal** quando cede ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local dispositivo de igual forma repetido na LOM em seu art. 7º, X. **Se aprovado, temos como objetivos precípuos** a manutenção da continuidade do currículo escolar e do suporte psicopedagógico, a integração do educando hospitalizado em suas atividades educacionais, a busca da superação de metodologias tradicionais na relação escola/aluno através de alternativas para o desenvolvimento de suas habilidades, e também a inclusão de mais um recurso terapêutico. **O art. 23, inciso V, de nossa Carta Magna**, dispõe ser competência comum de todos os entes da federação proporcionar os meios de acesso à educação e esta proposta vem tão somente complementar o pleno atendimento pelo sistema de ensino daquela criança e/ou adolescente que em decorrência de problemas de saúde encontrem-se impossibilitados de frequentar a escola. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)** traz em seu art. 23, que “(...) a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” e, no art. 5º, § 5º, determina que “para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior”. Dessa forma peço aprovação da matéria ora trazida à vossas Excelências.

Plenário das Deliberações, 29 de abril de 2014.

Vereador CHICO LATA/PP

Gabinete do Ver. Carlos Alberto Lucas – CHICO LATA – PP

Rua Belém, nº. 139 – Embratel – CEP: 76.820-734 – Fone: 3217-8063 Porto Velho/RO